

**ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA
AGRARIA" NO BRASIL**

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo



**ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA
AGRARIA" NO BRASIL¹**

APPROACHES TO " LAND REFORM " IN BRAZIL

Mayza Jardim Holanda.

e-mail: mayzageo@gmail.com

Graduada em geografia pela UFT/Araguaína-TO;

Antônia A. de Almeida,

Graduada em geografia pela UFT/Araguaína-TO;

Fabrício da Silva C. Chagas

Graduado em geografia pela UFT/Araguaína-TO;

Rúbia Karla de Araújo

Graduada em geografia pela UFT/Araguaína-TO

RESUMO

A reforma Agraria tem como finalidade promover a melhor distribuição de terra, contribuindo assim para o desenvolvimento do país. Esse artigo tem como objetivo contextualizarmos aspectos que constituem a reforma agrária no Brasil, utilizando a concepção do estado, movimentos sociais e a visão de alguns pesquisadores na área de estudo. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica em livros, artigos

¹Texto produzido na disciplina de geografia regional do espaço brasileiro no curso de licenciatura em geografia no campus de Araguaína-TO;

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRARIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

relacionados ao tema abordado e dados de pesquisas realizadas pelo INCRA em assentamentos. De acordo com o que foi pesquisada, a reforma agrária de fato nunca ocorreu. Com isso, é preciso implementar políticas públicas que limitam os latifúndios.

Palavras chave: Reforma Agrária, Brasil, Latifúndios.

ABSTRACT

Was created by the state in order to promote better distribution of land, thus contributing to the development of the country. This article aims to contextualize aspects constituting agrarian reform in Brazil, using the concept of the state, social movements and the view of some researchers in the study area. The methodology used was the literature review in books, articles related to the topic discussed and made use of data from surveys conducted by INCRA settlements. According to what was searched, the land reform has never happened. With this, you need to implement public policies that limit land holdings.

Key words: Land Reform, Brazil, Estates.

INTRODUÇÃO

“Uma das principais formas de reivindicar terra no Brasil nos últimos 20 anos, pelos movimentos sociais rurais, tem sido as ocupações de terras e conseqüentemente a instalação e a formação dos acampamentos” (SIGAUD, 2005).

No Brasil os problemas fundiários existem desde meados de 1530, com as

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

capitanias hereditárias e foi acentuada em 1822, com os conflitos entre escravos libertos e os latifundiários. O império criou a Lei das Terras (1850) proibindo a ocupação de terras devolutas, tendo como outra medida a compra de terras somente em dinheiro. Deste modo, intensificando o poder dos latifundiários, pois as posses se tornaram ilegais (INCRA, 2011).

A reforma agrária no Brasil surge com a necessidade de minorar alguns problemas sociais através da desconcentração de terras. Tem como objetivo promover a distribuição de terras e se tornar um processo de desenvolvimento para o país, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e assim o crescimento no meio rural.

O país está entre os 10 maiores na arrecadação de Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, mesmo possuindo riquezas, é um país onde a injustiça social e a má distribuição de renda está presente. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) possui um dos piores índices de desigualdades sociais, aparecendo na terceira colocação entre os países. Segundo Stédile (2012) quanto mais se concentra a propriedade da terra em um país, mais injusta e antidemocrática é a sociedade.

Os movimentos sociais são constantemente pautados pela mídia como contrários ao desenvolvimento rural, como se esse desenvolvimento estivesse ligado somente à concentração de terras. A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra Fernandes (2004). Os conflitos agrários e o desenvolvimento são processos inerentes ao capitalismo, acontecem simultaneamente.

Neste artigo será realizada a contextualização sobre os aspectos que constituem a reforma agrária no Brasil. A posição e a ótica do Estado, dos pensadores e dos movimentos sociais com relação à estrutura fundiária. No país esta acontecendo realmente uma reforma agrária ou, somente a colonização em terras devolutas?

A importância do estudo se justifica uma vez que a distribuição de terras se faz

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

necessária para tornar um país mais igualitário economicamente, a reforma agrária possui fundamental importância para o desenvolvimento social. A questão fundiária ainda é motivo de muitos conflitos por terra, há necessidade de uma maior implantação de programas de desapropriação e assim promovendo a distribuição para as famílias sem terra.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica em livros e artigos relacionados ao tema discutido nesse estudo. Foram utilizados textos publicados online em sites como MST e INCRA para possibilitar o entendimento da dimensão da luta pela igualdade social. A figura representa dados disponibilizados pelo INCRA em uma pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária realizada em 2010. O gráfico presente no artigo facilita o entendimento sobre os assentamentos da reforma agrária, nas regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste do Brasil.

CONTEXTUALIZADO A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Para melhor compreensão do presente artigo, contextualizamos brevemente sobre a Questão Agrária no Brasil. De acordo com Caldart (2012), no Dicionário da Educação do Campo, a questão agrária é utilizada para designar uma área do conhecimento que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral, relacionados ao uso, à posse e a propriedade da terra.

Para (FERNANDES, 2004) “A questão agrária nasceu da contradição estrutural

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Essa disparidade é resultado de fatores políticos e econômicos, herança do campesinato e dos latifúndios. O enfrentamento do conflito é um processo constante, das desigualdades geradas pelo capitalismo. Esse conflito promove um paradoxo que ocorre simultaneamente com a territorialização, desterritorialização e redesterritorialização das diferentes relações socioeconômicas.

O conceito de questão agrária sempre esteve relacionado com o estudo de concentração de terra, procurando explicar como se organiza a posse e como se dá o uso da terra. É importante destacarmos que:

Os desencontros entre o governo, de um lado, e o MST, a Igreja e as oposições, de outro, quanto à política de reforma agrária, só podem ser compreendidos se tivermos em conta o que vem a ser a questão agrária no Brasil. Num país em que o grande capital se tornou proprietário de terras, a concepção clássica da questão agrária, e das reformas que ela pede, fica substancialmente alterada (MARTINS, 1999, p. 97).

Com o fim da escravidão, surgiu-se a institucionalização do direito fundiário assim, dificultando até os dias atuais, a reformulação da reforma agrária no país.

É evidente que há no Brasil uma questão agrária. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la (MARTINS, 1999, p. 102).

Outro ponto que não podemos deixar de destacar segundo Martins (1999) uma política de reforma agrária depende do conhecimento que se tem previamente da questão agrária para qual ela é uma resposta. Isso demonstra que a questão agrária possui fundamental importância para se conseguir de fato executar a reforma agrária com suas medidas, a fim de promover a melhor distribuição de terra.

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O problema fundiário do país remonta a 1530, com a criação das capitâneas hereditárias e do sistema de sesmarias - grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Assim nascia o latifúndio, grandes concentrações de terra nas mãos de poucos.

Em 1822, a troca de donos das terras se deu sob a lei do mais forte, em meio a grande violência. Os conflitos não envolviam trabalhadores rurais (praticamente todos eram escravos), mas proprietários e grileiros apoiados por bandos armados. Só em 1850, o império tentou ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. Contudo, um dos dispositivos que proibiam a ocupação de áreas públicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro, reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores (BRASIL, 2011).

Os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária foram as Ligas Camponesas no Nordeste. Mas, só no início de março de 1964 foi elaborado um decreto que desapropriava terras em torno de rodovias federais e as destinava ao propósito da reforma. Sua luta era por terra e outras reivindicações como: saúde, trabalho e educação. Mas, a primeira iniciativa em prol da Reforma Agrária foi a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) pelo Governo.

De acordo com (BRASIL, 2011) Foi no regime militar que se deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra editado ([Lei nº 4.504, de 1964](#))² e foram criados os Institutos Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em 1964 e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) em 1970, substituindo à Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA) criada em 1962.

A Reforma Agrária pode ser definida Stédile, (2012), como programa de

²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.

A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas como pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra (OLIVEIRA, 2007 p.67).

De acordo com (INCRA, 2011) a reforma agrária tem como objetivo promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

De acordo com o Estatuto da Terra (Lei n 4504/64) a reforma agrária proporciona: A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campocidade; a democratização das estruturas de poder; a promoção da cidadania e da justiça social (INCRA, 2011).

No Brasil, nunca houve um programa de reforma agrária verdadeiro, o país a segunda sociedade de maior concentração da propriedade da terra, do mundo, medido pelo índice de *Gini*. Stédile (2012) coloca que no Brasil após a redemocratização ocorreram desapropriações pontuais de alguns latifúndios, e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia, que não afetaram a estrutura da propriedade da terra.

De acordo com dados do (INCRA, 2010), o Brasil possui um território total de 850,2 milhões de hectares. No final do ano de 2003, as áreas de conservação ambiental ocupavam cerca de 102,1 milhões de hectares, e as terras indígenas teriam em média

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

128,5 milhões de hectares, assim como 420,4 milhões de hectares com imóveis cadastrados, um total de 651,0 milhões de hectares. Com isso, observamos que existem no Brasil 199, 2 milhões de hectares de terras devolutas. E se ainda retirarmos 29,2 milhões dessas áreas ocupadas pelas águas, áreas urbanas e rodovias, ainda restariam 170,0 milhões de hectares de terras devolutas (CARVALHO, 2005).

Para Fernandes (2008), o governo não quer uma reforma agrária que limite o agronegócio e por isso, privilegia a legalização da colonização de terras na Amazônia. O Estado deixa claro que o agronegócio e as ocupações camponesas avançam simultaneamente nessa região, o que isso deixa prever uma dura disputa territorial no momento em que a fronteira agrícola chegue ao seu limite.

No final da década de 70, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra (MST, 2010). Em 1984 no estado do Paraná, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), filho das lutas pela democratização da terra e da sociedade.

O programa de reforma agrária no Brasil de fato nunca aconteceu para os sem-terra. Para Fernandes (2008), as políticas de reforma agrária no Brasil tem um forte obstáculo: o agronegócio. Este complexo de sistemas das corporações multinacionais está desafiando os movimentos camponeses no impedimento da reforma agrária e pressionando os governos.

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, havia uma grande expectativa dos sem-terra por todo o país de que, enfim, aconteceria a reforma agrária. No entanto, ainda que o presidente Lula seja um histórico defensor da reforma agrária, a situação da agricultura tem se agravado para os pequenos agricultores e assentados (MST, 2010 p.10).

Mesmo sem vivenciar um verdadeiro processo de reforma agrária, os 30 anos de luta do MST não são em vão. Atualmente existem mais de 1,5 milhão de pessoas

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRARIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

acampadas e assentadas (MST, 2010). Além dessas conquistas, o MST continua defendendo a distribuição da terra e a inserção de uma política efetiva para o desenvolvimento dos assentamentos, buscando reorganizar a produção agrícola para que o país atenda as necessidades da população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação da reforma agrária exige duas necessidades fundamentais de políticas: a política fundiária e a política agrícola. Segundo Oliveira (2012) a política fundiária nada mais é do que um conjunto de princípios que diferentes sociedades definem como aceitável ou justo, para a limitação de apropriação de terra. A política agrícola refere-se ao conjunto de ações que o governo implanta nos assentamentos, visando programas de assistência social, implantação de técnicas, estimulação a produção, comercialização entre outras iniciativas.

De acordo com (MST, 2009) os assentamentos são utilizados para definir não apenas uma área de terra destinada famílias sem terras. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária.

O número de famílias assentadas é maior na região norte (Figura 01) segundo dados divulgados pelo (INCRA, 2010) isso por ser a maior região do país, além de contar com grandes áreas devolutas possibilitando que o governo execute a reforma agrária sem atingir os latifundiários, ou grandes produtores. Bem visível na região sudeste, onde o número de famílias é bem menos, devido à grande presença de terras concentradas nas mãos dos grandes produtores.

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRARIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

Figura 01 – Assentamentos de Trabalhadores (as) Rurais por regiões do Brasil em 2013



Fonte: DT/Gab-Monitoria - Sipra Web 31/01/2013; adaptado por CHAGAS, Fabrício.

Com relação à educação, no ano de 2010, os números indicam um grande déficit de alfabetização da segunda fase do ensino fundamental, ensino médio e superior. Isso pode ocorrer dentre outros motivos, em função da utilização da força de trabalho dos assentados³ diuturnamente voltados para as atividades agrícolas, que geralmente são bastante cansativas. Outro fato pode ser as dificuldades nos transportes e compra de

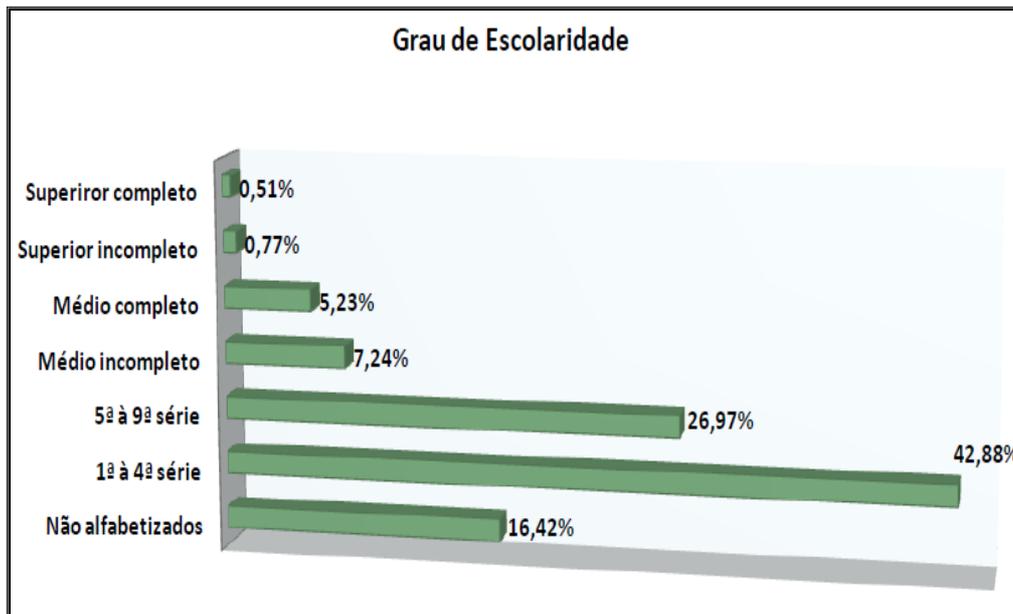
³Para o INCRA, o projeto de assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural pertencente a um único proprietário. <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso: 26 03 2015

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRARIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

materiais escolares. Os dados estão apresentados no (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Grau de escolaridade dos assentados no Brasil em 2010



Fonte: BRASIL/INCRA, 2010.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA é um compromisso firmado entre o Governo Federal, instituições de ensino e movimentos sociais. O governo federal, a partir de realização de convênios com estados e municípios, tenta levar educação de qualidade a 8.679 escolas de 5.595 assentamentos da reforma agrária em 1.651 municípios do país, números apontados pela versão preliminar da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRARIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados no presente artigo, podemos verificar que existem três concepções sobre a reforma agrária no Brasil: estado, movimentos sociais e pesquisadores. Diante disso concluímos que a reforma agrária de fato nunca existiu no país, o conjunto de medidas criadas para promover a igualdade social através da distribuição de terra nunca foi realizado, pois o estado conta como obstáculo o agronegócio, dificultando a distribuição e regulamentação da posse de terra.

Dessa forma o governo privilegia a colonização em terras devolutas principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil. O processo de reforma é pautado na colonização de famílias, os assentados pelo projeto não possuem infraestrutura para se desenvolverem, ou a pouca que existe não é suficiente para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desses trabalhadores rurais.

No entanto o governo cria programas como o Pronaf que leva financiamento de crédito as famílias rurais. Por vezes, firma parcerias com instituições ou ONGs que auxiliam na educação e na saúde como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 para levar educação de qualidade para a população do campo. Também foi criado em 2003 o programa Luz para todos, podendo auxiliar na comunicação e tecnologia aos assentamentos.

Diante dos aspectos mencionados ao longo desta pesquisa, entendemos que se faz necessário criar e reforçar as políticas que regulamentam o limite de posse da terra, contribuindo para a realização da reforma agrária, pois não se realiza reforma agrária com indenizações para os grandes latifundiários sendo que há leis que os amparam e lhes asseguram o direito de adquirir novas terras.

ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA AGRÁRIA" NO BRASIL

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Sala de Imprensa. Disponível em <www.incra.gov.br> Acesso em 15/01/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto nacional de colonização e reforma agrária. **Reforma agrária: pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária.** Brasília-DF, 2010. Disponível em: <www.incra.gov.br> Visita em 27/01/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. **Histórico da questão agrária.** 2011. Disponível em: <www.incra.gov.br> Acesso em 27/01/2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **O Programa Luz para Todos.** Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp> Acesso em 28/01/2014.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis-RJ. Vozes, 2005.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Artigo apresentado no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University em Abril de 2004.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil** in Debates

**ABORDAGENS SOBRE A "REFORMA
AGRÁRIA" NO BRASIL**

Mayza Jardim Holanda.
Antônia A. de Almeida
Fabrício da Silva C. Chagas
Rúbia Karla de Araújo

Movimientos sociales: Argentina, Bolivia, Brasil, México y Paraguay. Revista OSAL
Ano IX N° 24 – 2008.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível.**
Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev.
2000).

MST. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MST: Lutas e Conquistas. São Paulo-SP. 2a ed. 2010.

MST. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
Os Assentamentos. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8606>> Acesso em
29/01/2014.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.**
São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São
Paulo-SP FFLCH-USP, 2007. p. 68-71. Disponível em:
<www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf> Acesso em 16/03/2014

SIGAUD, Ligia As Condições de possibilidade das ocupações de terra. In: Tempo
Social. vol.17, n1, USP, São Paulo, Jun 2005.

STEDILE, J. P. **Cadê a Reforma Agrária?** Artigo publicado em 2012. Disponível em
<http://www.mst.org.br/> Acesso em 23/02/2014.